

A FORMAÇÃO PELA DIVERSIDADE: mistura de cores e saberes para a construção da cultura brasileira

Janine Pereira de Sousa Alarcão¹

RESUMO: A temática que tem atualmente ocupado espaços diferenciados na sala de aula é aquela que faz referências à presença da cultura negra em nosso país. O problema que se apresenta quanto a esse tema refere-se principalmente ao preconceito que tem sua origem no século XIX, momento em que a escravidão definia lugares sociais, à desigualdade que remonta ao final do século XIX, quando a abolição da escravidão coloca em xeque uma diferença fundamental na sociedade, ou seja, todos os homens são livres. Mesmo que o conceito de liberdade também seja questionado. O problema estende-se até a atualidade, ao advento do racismo, que se apresenta junto a todas essas concepções. O trabalho abaixo apresentado busca apresentar uma ressignificação dos conceitos que acompanham todo o processo histórico que desencadeia na elaboração e sanção da lei 10.639/03, implementada pela lei 11.645/08. Juntas, essas leis trazem à luz a educação das relações étnico raciais, tanto dentro da escola, quanto no seio da sociedade. O artigo está dividido em itens que trazem a história da África, desde sua conformação geográfica, passando pela formação cultural de seu povo, até à luta pela liberdade, que se processa tanto no continente de origem quanto no Brasil e em outras partes do mundo. Apresenta-se ainda uma alusão aos indígenas e à formação cultural de tribos que vivem no Brasil, bem como suas culturas. Para isso, buscou-se alguns trabalhos desenvolvidos por teóricos envolvidos na temática e na luta pela igualdade entre todas as pessoas. Passamos ainda pelos reflexos verificados na educação, demonstrando as mudanças que, apesar de se terem passado muitos anos, ainda estão acontecendo. Fica evidente que as mudanças aconteceram, acontecem e devem continuar acontecendo, pois, se à educação cabe sedimentar novas concepções que significam aceitação de novos valores, hábitos e pensamentos diferentes dos nossos, é necessário iniciar um processo de formação de professores que abram os caminhos que se apresentam na sociedade em construção. Os resultados são apresentados no presente trabalho, que deixa em aberto todas as questões aqui levantadas, uma vez que tudo encontra-se em construção.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Culturas; Ressignificação.

ABSTRACT: The theme that has currently occupied spaces differentiated in the classroom is one that makes references to the presence of black culture in our country. The problem that presents itself in this theme refers mainly to the prejudice that has its origin in 19th century, at which time the slavery defined social places, the inequality which dates back to the end of the 19th century, when the abolition of slavery puts into Sheikh a fundamental difference in society, i.e. all men are free. Even if the concept of freedom is also questioned. The problem

¹ Janine Pereira de Sousa Alarcão é graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, especialista em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari-MG, mestre em História Social pela Universidade de Brasília, especialista em Sociologia pela Universidade Gama Filho-RJ. Desde 02 de maio de 2013 ocupa o cargo de vice-presidente da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Prefeitura Municipal de Araguari-MG e desde 2002 é professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari-UNIPAC.

extends to the actuality, the advent of racism, which is presented next to all these conceptions. The work presented below search submit a resignification of concepts that accompany the entire historical process that triggers in preparation and sanction of law 10639/03, implemented by law 11645/08. Together, these laws brings to light the education of racial ethnic relations, both within the school, as in the society. It also Presents an allusion to the indigenous people and the cultural formation of tribes that live in Brazil, as well as their cultures. For this reason, we sought some work developed by theoreticians involved in theme and in the struggle for equality among all people. We still by reflexes checked in education, showing the changes that, despite past many years ago, are still happening.

KEY WORDS: Diversity; Culture; Education; Resignification.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir a nossa sociedade como o resultado de organizações e mobilizações de movimentos sociais diversos. Este fato leva-nos a uma constatação: o Brasil é um país de muitos rostos, expressões culturais, étnicas, religiosidades, culturas, enfim, o Brasil é um país multicultural. As minorias, quaisquer que sejam elas, com o passar do tempo, vão ganhando espaço, reivindicam seu reconhecimento e o respeito aos seus direitos. Torna-se insustentável a ideia de uma identidade genérica nacional que expressa uma cultura hegemônica que nega, ignora ou mascara as diferenças socioculturais.

É necessário desconstruir a identidade e cultura nacional, construída por meio de um discurso imposto, o discurso da unidade, da igualdade. A concepção de identidade e cultura nacional esconde as diferenças de raça, de tipo biológico, classes sociais, gênero.

A busca da uniformização nega os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos contra os povos indígenas e aqueles oriundos da África que foram submetidos a viverem em ambientes coloniais. É preciso afirmar as diferenças e legitimar a busca pelos direitos, questionando o discurso da mestiçagem como identidade nacional usado para esconder a história de índios e negros na História do Brasil.

1. UM POUCO DE HISTÓRIA: negros e índios

A África é considerada como o continente onde os seres humanos nasceram, a origem de todos, o continente que deu lugar ao primeiro homem, o *homo sapiens*, há mais de 190.000

anos. Desde então, têm sido várias as civilizações que passaram ou foram assentadas naquela região, como os egípcios, os fenícios, os romanos, os árabes, até que durante o século XV até o século XIX foram se delineando as fronteiras dos países que hoje em dia conhecemos. Todos estes países foram se formando, alguns deles por ação local e outros por colonização de outros países.

A África é um continente que foi dividido pelos países europeus, colonização esta que teve sua máxima extensão após a I Guerra Mundial e durante o século XX iniciou o processo de descolonização, que acabou com a dominação europeia na África.

Atualmente, é o continente mais rico em recursos naturais e o mais pobre do mundo. A ação dos países europeus durante os séculos XIX e XX, neste continente pode ser considerada espoliação, e o deixou bastante deteriorado. Somado a esses problemas, temos a própria intolerância entre as diversas culturas africanas, que dificultam muito o processo de desenvolvimento humano daquele continente.

Quanto aos indígenas, existe um conhecimento generalizado sobre esses povos associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia, ou seja, uma pessoa com cabelos lisos, pinturas corporais abundantes e adereços de penas, nus, moradores das florestas, de cultura exótica. O seu agrupamento denomina-se “tribo”, a partir de uma perspectiva etnocêntrica e evolucionista, proveniente da concepção de uma suposta hierarquia de raças, onde os índios ocupariam o último degrau. Pode ainda ser apresentada de forma imortalizada na literatura romântica produzida no século XIX (SILVA, 2012)

Mudanças vêm ocorrendo nos últimos anos, devido às conquistas empreendidas pelos próprios índios, suas mobilizações em torno das discussões e debates para elaboração da Constituição em vigor. Essas conquistas possibilitaram a garantia de direitos como a demarcação de terras, saúde e educação diferenciadas e específicas, entre outros, possibilitando ainda que a sociedade em geral os redescobrisse.

2. ÁFRICA: uma geografia des(favorável)

O continente africano limita-se ao norte pelo Mar Mediterrâneo, a oeste pelo Oceano Atlântico e a leste pelo Oceano Índico. De uma maneira simplificada podemos dividi-lo em

duas zonas absolutamente distintas: o centro-norte, dominado pelo imenso deserto do Saara, enquanto que o centro-sul, depois de percorrer as savanas, é ocupado pela floresta tropical africana.

Esta separação geográfica também refletiu-se numa separação racial. No norte do continente habitam os árabes, os egípcios, os berberes e os tuaregues. No centro-sul, ao contrário, habitam mais de 800 etnias negras africanas. Atribui-se ao atraso da África meridional o isolamento geográfico que a população negra encontrou através dos séculos. Afastada do Mediterrâneo – grande centro cultural da Antiguidade – pelo deserto do Saara, e longe dos demais continentes pela dimensão colossal dos dois oceanos, o Atlântico e o Índico, apartados do resto do mundo, os africanos se viram vítimas de expedições piratas que lhes devoravam os filhos ao longo da história (www.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm)

Historicamente, a escravidão foi uma prática comum do continente africano, pois mesmo antes da chegada dos traficantes de escravos europeus, os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a África e para os mercados do Mediterrâneo oriental. Aliadas a essa prática, as guerras tribais africanas, por sua vez, favoreciam esse tipo de comércio, visto que a tribo derrotada era vendida aos mercadores.

3. O TRÁFICO DE ESCRAVOS AFRICANOS

Do século XV ao século XIX o contato com os traficantes de escravos, fez da África uma grande reserva de mão de obra escrava. Feitorias eram montadas nas costas africanas e aos poucos o processo de apresamento foi cada vez mais sendo elaborado.

Os mercadores europeus, com o aumento da procura por mão de obra escrava, motivada pela instalação de colônias agrícolas na América, associaram-se militarmente e financeiramente com chefes autoritários e mandões africanos, que viviam nas costas marítimas, em troca de armas e cavalos, para que afirmassem sua autoridade. Os prisioneiros das guerras tribais eram encarcerados em armazéns costeiros, onde ficavam a espera da chegada dos navios tumbeiros que os levariam como carga humana pelas costas transatlânticas (www.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm). Assim, inseriu-se a África negra no comércio triangular basicamente como fornecedora de mão de obra escrava para as colônias americanas

e antilhanas. Enquanto a Europa importava produtos coloniais, trocava suas manufaturas por mão de obra vinda da África.

A luta pela abolição da escravidão, no transcorrer do século XIX, foi polêmica. Houve vários momentos de reação, cada momento com a sua explicação lógica, no entanto, a razão material primeira da abolição foi a emergência da sociedade industrial.

4. A PARTILHA DA ÁFRICA

A partir do momento em que o continente africano não podia mais fornecer escravos, o interesse das potências coloniais inclinou-se para a sua ocupação territorial. E isso se deu por dois motivos. O primeiro deles é que ambicionavam explorar as riquezas africanas, minerais e agrícolas, pouco conhecidas. O segundo deveu-se à competição imperialista cada vez maior entre essas potências.

A conquista da África foi entremeadada de grande resistência nativa, mas a ocupação sem limites provocava entre os africanos um sentimento de inferioridade e impotência perante a capacidade administrativa, militar e tecnológica, do colonialista europeu.

A descolonização tornou-se possível no pós 1945 devido a exaustão em que as antigas potências coloniais se encontraram ao terem-se dilacerado em seis anos de guerra mundial. Se a Segunda Guerra Mundial debilitou a mão do opressor colonial, excitou o nacionalismo dos nativos do Terceiro Mundo.

Apesar da existência de 800 etnias e mais de mil idiomas falados na África todos eles ambicionavam a independência, conquistada tanto pela vertente de radicalismo revolucionário ou através do reformismo moderado, que tanto podia implantar uma república federativa como uma unitária (www.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm).

5. AS DIFICULDADES AFRICANAS

A história da África anterior ao domínio europeu, desconhecia a existência de estados nacionais, segundo aquela que nós conhecemos, ou seja, unidade, homogeneidade e

delimitação de território. Existiam anteriormente na África, impérios, governantes, milhares de pequenos chefes tribais, mas em nenhuma parte encontrou-se estados nacionais. O que havia era uma intensa atomização política e social, um separatismo crônico, resultado da existência de uma infinidade de etnias, de tribos, quase todas inimigas entre si, de grupos linguísticos diferentes, e de incontáveis castas profissionais. Esse fator explica a enorme dificuldade encontrada pelas elites africanas em constituir seus países. Essas análises levam-nos a conceber a ideia, comungando com www.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm de que

enquanto as massas negras não conseguirem superar as rivalidades internas, dificilmente poderão formar regimes sólidos, íntegros, que superem a dicotomia entre a ditadura ou anarquia tribal. Pode-se dizer assim, que a África se encontra dividida entre dois mundos. O primeiro é aquele do desenvolvimento endógeno. O segundo é o da sociedade industrial, que o insere no mundo capitalista de produção (www.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm).

6. O SUJEITO AFRICANO E LUTAS SOCIAIS

Ao longo dos séculos XIX e XX, os africanos lutaram por todos os meios visando reconstruir sua soberania e dignidade. Desde a resistência contra o colonialismo europeu até a luta dos africanos por meio de uma elite intelectual educada no ocidente decorrida entre 1930 e 1945. Essa elite foi fundamental na formação dos nacionalismos africanos ao longo de século XX e com o apoio das massas populares, tornaram-se o principal núcleo de defesa das independências nacionais.

Segundo Barbosa (2012), levando-se em consideração toda essa história de dominação, resistências, massacres, ditaduras, governos arbitrários, é certo que

um renascimento da África dependerá de uma luta política mais ampla, visando a estabilização política, a democratização social, a diversificação econômica e a consolidação de uma nova cultura científica, que desenvolva as potencialidades locais e melhore a qualidade de vida dos africanos (BARBOSA, 2012)

7. A LEI 10639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil quase sempre foi ministrado nas aulas de História partindo do tema da escravidão negra africana, como se essa fosse a única forma de inseri-lo em nossa história. Partindo desse ponto, o que se deve buscar

refletir é quanto à conotação a ser dada a respeito da própria palavra *escravo*, que foi sempre atribuída a pessoas em determinadas condições de trabalho. Portanto, a palavra escravo não existiria sem o significado do que é o trabalho e das condições para o trabalho, claro, construídas na sociedade capitalista de produção. A palavra escravo é uma construção histórica e não uma atribuição natural.

É importante repensar o uso da palavra escravo não só no nosso cotidiano, mas também na sala de aula, pois ninguém é escravo – as pessoas foram escravizadas. Constata-se assim, que

o termo escravo, além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade. Nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo (CARVALHO, 2013)

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro – em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra, assim, é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. A questão que devemos repensar é quanto à diluição ou o esgotamento da discussão em torno da consciência negra, na data, apenas, e não no significado dela. É necessário dar à data a devida conotação histórica, como acontece com todas as comemorações históricas.

8. EVASÃO ESCOLAR: a lei é apenas o primeiro passo

Verifica-se que, na escola, a forma como o negro e a África foram abordados até então, é apontada por alguns teóricos como responsável pela evasão escolar de alunos e alunas negros, vítimas de racismo no livro didático e, portanto, com dificuldades de valorizar sua própria identidade. Tal abordagem contribuiu para fortalecer a cultura de intolerância e desigualdade racial que até hoje permeia as relações sociais no país (<http://www.seppir.gov.br>)

Motivados por essas questões, a necessidade da inclusão da temática no currículo oficial vinha sendo discutida há anos por integrantes do movimento negro, no intuito de romper com a visão eurocêntrica repassada nas salas de aula. Mesmo lugar em que ao negro e ao continente africano restavam papéis estereotipados e relegados à inferioridade.

Com a sanção da lei o país se viu legalmente convidado a enxergar as raízes de sua própria história, ampliando a visão do negro e de sua participação na formação da sociedade brasileira, buscando reparar a injustiça de ter apagado do ambiente escolar o respeito às tradições, às expressões culturais e sociais e aos costumes dos africanos que consolidaram a identidade nacional.

Apesar de todas as dificuldades, muito se tem feito para a implementação da lei, tanto pelo esforço de educadores comprometidos para com a educação, quanto por meio de políticas públicas educacionais municipais, estaduais e federais. A essas movimentações, somam-se a mobilização de entidades ligadas aos movimentos sociais e às instituições privadas.

9. HISTÓRIA, CULTURAS E O ENSINO A PARTIR DA LEI 11.645: povos indígenas

Silva (2012) apresenta-nos em seu artigo, que complementando a Lei 10.693/03, a Lei 11.645/08, possibilita estudar, conhecer, compreender a temática indígena, buscando superar desinformações, equívocos e ignorâncias que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, reconhecendo, respeitando e apoiando os povos indígenas nas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos, em suas diversas expressões socioculturais.

A efetivação da Lei além de mudar antigas práticas pedagógicas preconceituosas, favorece novos olhares para a História e para a Sociedade, e a escola é lugar capaz de viabilizar “espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes” (SILVA, 2010, p. 46 *apud* (SILVA, 2012)).

É preciso compreender a vida do indígena, ou seja, a vida de uma pessoa como outra qualquer, que não mais se veste como nos mostram os romances idílicos, e sim, estão até mesmo descaracterizados da forma como nós sempre os entendemos, segundo os nossos paradigmas, devido à própria sociedade capitalista que conseguiu sufocá-los, até que eles não tivessem outra saída, ou seja, tornarem-se pessoas diferentes do que sempre foram. Por quê cobramos por algo que provocamos?

Dessa forma, a escola deve proporcionar aulas de História que tenham um capítulo especial no conteúdo, reservado à educação das relações étnico-raciais. Além disso, deve-se buscar a qualidade no ensino, capacitando professores e disponibilizando material didático acessível a todos. Enfim, promover uma reviravolta que tire do eixo as concepções equivocadas, apresentando o mundo aos nossos alunos de uma forma diferente do que todos nós conhecemos até agora, desconstruindo velhos paradigmas. É preciso apenas começar.

10. ALGUNS PROBLEMAS ESTRUTURAIS NA EXECUÇÃO DA LEI

A lei 10.639/03 foi assinada no ano de 2003 e complementada pela Lei 11.645/08, e ainda hoje, existem algumas dificuldades para sua implementação. Existem alguns obstáculos, como a resistência apresentada por alguns cursos superiores voltados para a licenciatura e de pedagogia, em implantar esses conteúdos nos seus currículos, revelando assim, o caráter eurocêntrico, e preconceituoso do pensamento acadêmico; a luta pela aplicabilidade da lei acaba se restringindo a alguns docentes que têm vinculações com o movimento antirracista; ausência da formação do professor para esse tema; o atendimento de uma demanda garantida em lei fica na dependência de iniciativas e do voluntarismo de militantes, desobrigando o poder público; enfim, não se colocam ações necessárias dos poderes públicos para a aplicação da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a lei vem sendo tratada, ou seja, como atendimento a uma demanda específica do movimento negro e indígena é problemática. É importante observar que as leis 10.639/03 e 11.645/08 alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, portanto, representam modificações da normatividade da educação nacional. Essa alteração provoca, na educação, a formulação de políticas públicas educacionais inclusivas das histórias e expressões culturais no currículo escolar, nas práticas pedagógicas.

Essa exigência deve ser atendida com a contribuição de especialistas e a participação dos sujeitos sociais que a construíram, na formação de futuros docentes, na formação continuada daqueles que discutem a temática negra e indígena nas salas de aula, na escola e daqueles que atuam na produção de subsídios didáticos de todos os níveis.

Foi a partir das mobilizações efetivadas por negros e indígenas, conquistando seus espaços e seus direitos, que nas últimas décadas houve uma considerável visibilidade e reconhecimento desses povos. Cada vez mais novos olhares, pesquisas, reflexões acerca das temáticas que lhes dizem respeito estão sendo viabilizadas, tornando assim facilmente contestável o desconhecimento, o preconceito, os equívocos e as desinformações generalizadas sobre negros e índios neste país.

REFERÊNCIAS

FERRO, Marc. **História das Colonizações**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GENOVESE, Eugene. **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1976.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da Lei 11.645. In: **Rev Historien**, Petrolina: UPE, v. 7, p. 39-45, 2012. Disponível em www.revistahistorien.com. Acesso em 15 nov 2013.